



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

35ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2017.0000598193

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1000254-56.2015.8.26.0025, da Comarca de Angatuba, em que é apelante QUELI CRISTINA DE OLIVEIRA (JUSTIÇA GRATUITA), são apelados EDSON LEITE DE CAMPOS e OURO SAFRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso, com observação. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GILBERTO LEME (Presidente) e MORAIS PUCCI.

São Paulo, 14 de agosto de 2017.

Melo Bueno

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

35ª Câmara de Direito Privado

COMARCA: ANGATUBA – V. ÚNICA

APELANTE (S): QUELI CRISTINA DE OLIVEIRA

*APELADO (S): EDSON LEITE DE CAMPOS; OURO SAFRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
LTDA*

JUIZ (A): DIEGO MIGLIORINI JUNIOR

VOTO Nº 40179

**ACIDENTE DE TRÂNSITO – INDENIZAÇÃO POR
DANOS MORAIS E MATERIAIS – Colisão entre
veículos – Não comprovação dos fatos alegados na inicial
– CPC/15, art. 373, I – Indenização descabida – Ação
improcedente – Recurso desprovido, com observação.**

Apelação interposta contra a r. sentença de fls. 261/265 que julgou improcedente a ação de indenização por ato ilícito, fundada em acidente de trânsito. A apelante aduz, em suma, que ficou demonstra a culpa do apelado pela ocorrência do sinistro, eis que trafegava com um trator acoplado a um semirreboque sem lanterna de freio traseira e pisca alerta; alternativamente pleiteia pelo reconhecimento da culpa concorrente (art. 945 do CC) (fls. 268/275).

O recurso foi regularmente processado e respondido a fls. 279/304 e fls. 305/318.

É o relatório.

A presente ação foi proposta visando indenização por danos morais e materiais em razão do falecimento do filho da apelante, vítima de acidente de trânsito ocorrido aos 17/1/2015. Atribui culpa ao preposto da apelada, sob alegação de que conduzia um semirreboque de máquina agrícola, pela Rodovia Acesso Ivens Vieira, agindo com total negligência e imprudência, dando causa ao abalroamento traseiro pela motocicleta conduzida pela vítima Rogério, provocando sérias lesões, levando-o a óbito.

Com efeito, os danos sofridos são evidentes, assim como não há dúvidas de que tenham sido decorrentes do acidente "sub judice". Contudo, não restou demonstrada a conduta culposa dos apelados, pressuposto essencial à reparação pretendida (art. 186, do CC). Pois, do croqui do local dos fatos, constante no laudo efetivado pelo do Instituto de Criminalística de Itapetininga, averigua-se que **“o local é dotado de pista única, duplo sentido de direção devidamente sinalizada e limite máximo de velocidade de 30km/h”** (fls. 86/90 – 116/119). Pelo depoimento de Viviane, que estava na garupa da motocicleta, verifica-se que **“em virtude do vento, o capacete do Rogério saiu da cabeça dele e voou e ambos viraram-se para ver o capacete, neste momento ocorreu o colisão com o trato que estava à frente da motocicleta (...)”** – fls. 85.

Portanto, ao contrário do alegado, pelo conjunto probatório e pela dinâmica do acidente, evidencia-se a culpa exclusiva da vítima, menor de idade e sem habilitação, ao transitar de motocicleta acima da velocidade permitida para o local e com o capacete de proteção solto, ultrapassando em local proibido, cujas irregularidades configuram imprudência que resultou no trágico acidente.

Deste modo, inexistindo qualquer elemento de convicção capaz de impor aos apelados a responsabilidade pelo sinistro, encargo que competia à apelante e do qual não se desincumbiu, a despeito



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

35ª Câmara de Direito Privado

do disposto no inciso I, do artigo 373 do CPC/15, é de rigor a manutenção da r. sentença recorrida pelos seus próprios fundamentos. Por fim, por força do art. 85, §11, do CPC/15, majoram-se os honorários advocatícios sucumbenciais a 12% sobre o valor da causa, observado o disposto no art. 98, §3º, do CPC/15.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso,
com observação.

FERNANDO MELO BUENO FILHO
Desembargador Relator